

“Uma medida racional e saudável”, diz Gros

por Cecília Costa
do Rio

O ex-presidente do Banco Central (BC), Francisco Gros, achou a decisão do Citibank de aumentar as provisões para se precaver contra possíveis perdas na carteira de empréstimos internacionais “uma medida racional e saudável”. De acordo com ele, é muito melhor para o Brasil negociar com um credor sadio do que ter de se assentar à mesa para conversar com banqueiros que se sentem pressionados contra a parede, por temerem a contabilização de prejuízos, devido à suspensão do pagamento dos juros.

Vários bancos europeus, disse ainda Gros, já realizaram essas provisões ao longo dos últimos dois anos e o fato de os bancos norteamericanos estarem também adotando a medida significa apenas que estão aceitando a realidade. “Não significa, por outro lado”, acentuou, “que o Brasil esteja, com isso, perdendo poder de barganha na negociação, por não existir essa questão de poder de barganha e de pressões, mas, sim, jogadas realistas de parte a parte. Nem os bancos credores nem o Brasil têm a intenção de virar a mesa.”

Gros participou ontem do

II Congresso Nacional de Executivos Financeiros e ao realizar uma palestra sobre as perspectivas para a política econômica brasileira defendeu a retomada dos investimentos e o aumento da capacidade produtiva do País. Para isso, além de reduzir as transferências líquidas e recursos para o exterior, obtendo nas próximas negociações a diminuição do custo da dívida externa, o Brasil, segundo ele, deve procurar montar novamente o tripé “empresa estatal, estrangeira e nacional”, que foi o motor do desenvolvimento nos últimos anos.

Do lado do Estado, disse ser necessário o saneamento das empresas estatais, a atualização das tarifas públicas e uma reforma fiscal, que resulte em melhor distribuição da carga tributária no País. Do lado do investimento estrangeiro, destacou a importância da conversão da dívida em capital de risco, com as aplicações sendo direcionadas a setores prioritários e quanto à contribuição do setor privado, comentou que o essencial é o empresário deixar de ficar à espera de soluções dadas pelo Estado, ou seja, “acabaram-se os investimentos sem risco e sem exigência de capital”.